

PROGRAMA PLANO MUNICIPAL INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Questão 1

Objetivos:

- a) garantir a cooperação e integração permanente entre os órgãos e setores da Administração Municipal e Estadual voltados à Segurança Pública;
- b) implantar programas de inclusão social voltados à criança e ao adolescente;
- c) combater o tráfico e o uso de entorpecentes;
- d) combater a violência no meio rural;
- e) criar e implantar a Guarda Municipal;
- f) realizar programas de segurança e humanização do trânsito;
- g) adotar medidas urbanísticas que possibilitem o aumento da segurança;
- h) implantar programas de segurança nas escolas.

Metas:

- 1) redução geral dos índices de criminalidade e violência;
- 2) redução dos índices de violência contra a mulher e a família;
- 3) maior articulação entre os órgãos municipais e estaduais;
- 4) envolvimento mais efetivo das entidades da sociedade civil e da comunidade nas políticas integradas de segurança;
- 5) recuperação e modernização da frota e dos equipamentos e aprimoramento das condições materiais das Polícias e da Guarda Municipal;
- 6) otimização das ações policiais de caráter preventivo;
- 7) redução dos índices de infrações cometidas por menores;
- 8) redução progressiva dos meninos e meninas em situação de rua;
- 9) ampliação do número de crianças envolvidas em programas sócio-educativos, culturais e esportivos;
- 10) erradicação do trabalho infantil;
- 11) redução dos índices gerais de ocorrências policiais no trânsito;
- 12) garantir espaços públicos limpos, sinalizados e iluminados;
- 13) redução dos índices de violência nas escolas.

Questão 2

O Plano Municipal Integrado de Segurança Pública é um trabalho coordenado pela Secretaria de Governo em conjunto com as demais Secretarias Municipais, a Guarda Municipal e os órgãos estaduais de Segurança Pública

e a sociedade civil organizada. O Plano, aprovado em setembro de 2001, previu um conjunto de ações que foram paulatinamente implantadas ao longo dos anos 2001 a 2004.

Questão 3

Não.

Questão 4

O público-alvo do Plano Municipal Integrado de Segurança Pública é a população do município de São Carlos como um todo, totalizando, segundo estimativas do IBGE para 2004, 210.841 pessoas (103.762 homens e 107.079 mulheres).

Questão 5

Os principais gastos realizados anualmente (Ano-base 2004) pela Prefeitura Municipal de São Carlos para o atendimento das metas do Plano Municipal Integrado de Segurança Pública são com a Guarda Municipal (R\$ 2.918.121,61), a colaboração no custeio e investimentos no Corpo de Bombeiros e Polícia Militar (R\$ 653.745,80), os programas de atendimento à criança e ao adolescente, à mulher, de combate ao racismo, de enfrentamento à pobreza e assistência social (R\$ 2.581.487,20), além das subvenções às entidades esportivas sem fins lucrativos para o desenvolvimento de programas de cunho social (R\$ 214.267,09). Adicionalmente, uma grande quantidade de recursos é gasta em ações educacionais para a rede pública de ensino, ações urbanísticas e de obras viárias, sinalização horizontal e vertical, atividades e eventos culturais, que também contribuem decisivamente para o sucesso do Plano.

Questão 6

Temos aproximadamente 470 pessoas envolvidas no Plano Municipal Integrado de Segurança Pública, sendo 5 da Secretaria de Governo, 20 da Secretaria de Educação e Cultura, 17 da Secretaria de Esportes e Lazer, 7 do Orçamento Participativo, 11 da Secretaria de Cidadania e Assistência Social, 17 da Secretaria Especial da Infância e Juventude (incluso o NAI), 25 da Secretaria de Transportes, Trânsito e Vias Públicas, 10 da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, 6 da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, 96 agentes da Guarda Municipal, 213 policiais militares, 39 policiais civis, divididos em 5 delegacias gerais e mais as especializadas. As funções de direção são particularmente exercidas pelo Secretariado Municipal e pelos órgãos policiais. Destaca-se, além da coordenação geral do Prefeito Municipal, seguido do Secretário de Governo, a Secretaria de

Cidadania e Assistência Social, a Secretaria de Educação e Cultura e o Núcleo de Atendimento Integrado à Criança e ao Adolescente, que são dirigidos por mulheres.

Questão 7

Secretaria de Governo: coordena o conjunto de ações do Plano;

Secretaria de Educação e Cultura: coordena os programas sócio-educativos nas escolas;

Secretaria de Planejamento e Gestão: coordena a atuação popular, através do Orçamento Participativo;

Secretaria de Cidadania e Assistência Social: coordena a implantação de programas de inclusão social e apoia o trabalho dos Conselhos Municipais e órgãos ligados a questão da cidadania;

Secretaria de Esportes e Lazer: coordena os programas esportivos de inclusão social;

Secretaria Especial de Infância e Juventude: coordena o trabalho de atendimento aos adolescentes infratores, através do NAI, bem como trata da implantação de políticas públicas para a infância e juventude;

Secretaria de Transportes, Trânsito e Vias Públicas: coordena as ações do sistema municipal de gestão de trânsito;

Secretaria de Obras e Serviços Públicos: coordena os programas de modernização da iluminação e limpeza pública;

Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano: coordena as ações de recuperação dos espaços públicos, bem como as medidas urbanísticas necessárias para o aumento da segurança;

Guarda Municipal: coordena as ações de segurança patrimonial pública, segurança de parques e próprios municipais, segurança escolar e em eventos promovidos pela Prefeitura;

Secretaria Estadual de Segurança Pública: participa por meio do 38º Batalhão de Polícia Militar de São Carlos e da Delegacia Seccional de Polícia;

Secretaria Estadual de Educação: participa através da Diretoria Regional de Ensino;

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar): participa através de parcerias na elaboração de políticas públicas;

Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG): participa no levantamento dos problemas locais;

Dezenas de entidades assistenciais, educacionais e esportivas: participam como co-responsáveis na elaboração e execução de políticas públicas inclusivas.

Todas estas organizações interagem com a Secretaria de Governo em reuniões periódicas e através do Conselho Municipal de Segurança Pública de São Carlos.

Questão 8

A comunidade participa ativamente das ações do Plano Municipal Integrado de Segurança Pública por meio de vários Conselhos Municipais, entre os quais destacam-se os de Segurança Pública, de Cidadania, da Criança e do Adolescente, Anti-Drogas, de Esportes, de Educação, e através das reuniões do Orçamento Participativo.

Questão 9

O Plano Municipal Integrado de Segurança Pública foi originalmente concebido pela Comissão designada pelo Prefeito Municipal por meio do Decreto n.º 17, de 5 de Fevereiro de 2001. Ele se inseriu no marco institucional do Plano Nacional de Segurança Pública e se apoiou na convicção de que o combate à criminalidade, as distintas manifestações de violência no âmbito social e ao sentimento de insegurança que marcam a vida cotidiana dos cidadãos exigem a colaboração articulada de todos os órgãos e instituições no Município. A Comissão de Elaboração do Plano foi composta pelo Secretário Municipal de Governo e um Consultor Jurídico da Prefeitura Municipal, o Comandante da 1ª Cia de Polícia Militar do Estado de São Paulo, o Delegado Assistente da Polícia Civil de São Carlos, o representante da Câmara Municipal de São Carlos e pelo Presidente do Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG).

Questão 10

Foram as seguintes as etapas-chave de implementação do Plano Municipal Integrado de Segurança Pública:

- Criação e implantação da Guarda Municipal: hoje em pleno funcionamento, com um efetivo de 96 guardas, direcionados à segurança patrimonial pública.
- Criação e implantação do Cadastro Único: identificação de famílias em situação de pobreza (com renda *per capita* de até meio salário-mínimo) em São Carlos, iniciado em 2002 através da Secretaria de Cidadania e Assistência Social em parceria com o Governo Federal e o Núcleo de Pesquisa e Documentação “Professor José Albertino Rodrigues” do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar, permitindo desta forma ao Município estabelecer sua rede de proteção social sem duplicação de benefícios e permitindo um *feedback* focado das políticas públicas de inclusão social.
- Criação e Implantação do NAI (Núcleo de Atendimento Integrado): redução sensível e consistente do índice de atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes bem como da taxa de reincidência.
- Municipalização da gestão do trânsito: iniciada em 2002 através de convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.
- Programa de Recuperação de Espaços Públicos: contempla a reestruturação de diversos espaços urbanos, valendo destacar a Praça dos Voluntários, defronte ao Mercado Municipal, no centro da cidade, anteriormente

ocupada pelo comércio irregular, prostituição, tráfico de drogas; a Praça da Santa Cruz, que tinha ocupação irregular; a Praça Coronel Salles, que tinha freqüência de gangues e vandalismo, próximo a duas importantes e tradicionais escolas do Município; o Parque do Bicão, área marcada pela pobreza e por altos índices de violência; a revitalização da Avenida Dr. Teixeira de Barros (Rua Larga), localizada na Vila Prado, um dos principais bairros da cidade, com grande densidade populacional e muito freqüentada pela juventude. O Programa de Recuperação possibilitou o resgate e aproveitamento de espaços que antes estavam mal utilizados, aumentando a segurança, a qualidade de vida e auto-estima da população.

- Apoio material às Polícias Militar e Civil locais: através de convênios, emendas parlamentares e Fundos Municipais de Financiamento que resultaram na doação de viaturas, compra de equipamentos, reforma de instalações, garantia de alimentação e despesas de custeio, entre outras.
- Implantação do Programa RELUZ: substituição de 10.836 lâmpadas de vapor de mercúrio por lâmpadas de vapor de sódio e Plano de Expansão e Substituição de Iluminação Pública, que substituiu 1.830 lâmpadas da mesma natureza por lâmpadas de vapor de sódio e instalou 877 novas luminárias, significando uma substituição de 99,6% de toda a iluminação pública da cidade.

Partindo destas macro-ações, novas possibilidades e desafios foram criadas, que já resultaram em novas alternativas e parcerias visando suas soluções. Entre elas, destaca-se a instalação da Central de Penas Alternativas, a criação do Complexo de Defesa e Segurança do Cidadão (que congregará a Guarda Municipal, o Batalhão de Polícia Militar, a Polícia Técnico-Científica, a Defesa Civil e o Tiro de Guerra, em uma só área), a criação do Fundo Especial dos Bombeiros e a criação da Comissão Municipal de Defesa Civil.

Questão 11

O principal obstáculo superado foi a sobreposição de iniciativas entre os diversos órgãos responsáveis pela segurança, o que causava desperdício de recursos financeiros, tempo, pessoal e eficácia na ação. À medida que foram instalados mecanismos de discussão sobre a questão da segurança pública no Município, criou-se o entendimento de que todos são parte do mesmo problema e da mesma solução, possibilitando a criação e implantação do Plano Municipal Integrado de Segurança Pública.

Questão 12

A Secretaria Municipal de Governo, juntamente com a Guarda Municipal e as Polícias, tem constantemente avaliado o comportamento dos índices de violência através de reuniões periódicas. As reuniões dos Conselhos Municipais já anteriormente mencionados, bem como as reuniões do Orçamento Participativo, dão importantes contribuições à avaliação das práticas adotadas. São Carlos é uma cidade que cresce acima da média dos municípios paulistas e brasileiros, o que se reflete tanto no número de habitantes como no de veículos. No

entanto, a criminalidade e a violência não cresceram e, em vários casos, diminuíram. Os dados mais significativos a destacar são: 1) redução do número de homicídios de 22 em 2001 para 15 em 2004 (Fonte: PMESP); 2) diminuição no número de roubos de 497 em 2001 para 302 em 2004 (Fonte: PMESP); 3) manutenção do número de furtos em cerca de 3.000 ocorrências/ano (2001 *vis-à-vis* 2004) (Fonte: Polícia Civil); 4) redução de atos infracionais de 1.198 em 2003 para 1.008 em 2004 (Fonte: NAI); 5) diminuição nos índices de criminalidade grave cometido por adolescentes de 156 em 2001 para 87 em 2004 (Fonte: NAI); 6) manutenção do número de acidentes de trânsito com vítimas fatais em 7 tanto em 2001 quanto em 2004, e redução de atropelamentos de 192 em 2001 para 166 em 2004 (não obstante o aumento da frota de veículos de 74.464 em 2001 para 87.671 em 2004) (Fonte: PMESP); 7) aumento da cobertura às famílias em situação de pobreza, com a passagem de 85 benefícios concedidos mensalmente em 2001 para 5.081 em 2004, representando um percentual de 85% de atendimento às famílias em situação de pobreza no Município (Fonte: Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social).

Questão 13

A integração de todas as ações desenvolvidas pelos órgãos locais de segurança pública com as demais políticas públicas aqui já citadas, o que possibilitou a implantação do Plano Municipal Integrado de Segurança Pública e a consistente queda dos índices de violência e criminalidade do Município, conforme mostrado na resposta anterior.

Questão 14

Até a implantação do Plano Municipal Integrado de Segurança Pública não existia nenhuma política pública voltada para a área de segurança no Município, havendo apenas ações pontuais dos órgãos responsáveis pela questão, mas de forma desarticulada e abordando a questão apenas pelo enfoque repressivo, sem se ocupar de atacar as raízes do problema da violência. A falta de políticas consistentes de investimento na área social, o crescimento das taxas de exclusão e a ausência de políticas inclusivas, associadas ao crescimento do desemprego e a falta de perspectivas (sobretudo para a população jovem), a expansão da cultura da violência e da impunidade, a ausência de investimentos públicos nas áreas mais pobres e o insuficiente efetivo policial da cidade vem sendo equacionadas pelo Plano, uma vez que o conceito de segurança-cidadã que está na base deste aponta para uma atuação que extrapola os limites da repressão policial e do combate ao crime, em seu sentido mais imediato. Trata-se de pensar preventivamente as ações contra a violência, atacando não apenas seus efeitos, mas sobretudo suas causas, ou seja, reprimindo a ação criminosa, mas também efetivando políticas de inclusão social, de educação, de geração de emprego e renda, de melhoria da qualidade de vida, de respeito aos direitos humanos, de defesa do meio ambiente e de uma cultura contrária à violência, que busquem atingir a população jovem e adolescente. Desta forma as ações do governo contra a violência pressupõem um trabalho

que articula a área de segurança propriamente dita com educação, cultura, saúde, saneamento básico, habitação, promoção social, esportes e lazer, serviços públicos, entre outros. Vale destacar ainda que estas ações ocorreram nas áreas de maior carência e desestruturação social, onde são mais frequentes aos jovens atividades e práticas de introdução à cultura da violência e ao crime. Do ponto de vista do policiamento, uma das formas mais eficientes de proteger a população é contar com a participação e a cumplicidade do cidadão. O melhor policiamento é aquele feito por policiais em que o cidadão confia. Pelo conhecimento que tem das particularidades de seus espaços, a sociedade local participa do planejamento da segurança na cidade. O Poder Público assegura que a comunidade possa avaliar a execução do planejamento por ela proposto, de maneira que as mudanças, o estilo e a forma da operação do policiamento sejam compreendidos pela população. Outro aspecto que desempenhou um importante papel no Plano Municipal Integrado de Segurança Pública foi o estreito vínculo dos responsáveis pelo Judiciário e pelas Polícias Militar e Civil com a cidade, pois são cidadãos que construíram suas vidas e famílias e que residem em nossa cidade, o que fez com que seu comprometimento com os ideais e com o sucesso do Plano fossem ainda maiores.

Questão 15

Em 2001, as famílias consideradas em situação de pobreza necessitavam de um diagnóstico mais claro sobre sua realidade e foi necessária a criação de uma rede de atendimento mais eficiente. Para tanto, no ano de 2002 a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, em parceria com o Governo Federal e a UFSCar, iniciou, sob coordenação das professoras Dra. Maria Inês Mancuso e Ms. Elza de Andrade Oliveira o cadastramento único para identificação destas famílias. Estudos preliminares indicaram que cerca de 4 mil famílias encontravam-se nesta situação. Atualmente, das 5.200 famílias cadastradas, 90% delas recebem um ou mais benefícios mensais dentro dos Programas de Complementação de Renda, auxiliando na tarefa de resgate dos direitos à cidadania. Dos sete benefícios oferecidos em São Carlos, dois deles são mantidos exclusivamente com recursos municipais, quais sejam, o *Renda Mínima*, que concede benefícios no valor máximo de um salário mínimo para 150 famílias e o *Cartão Alimentação*, com 1.000 famílias recebendo R\$ 50,00/mês, além de cestas básicas emergenciais. Em conjunto com o Governo Estadual é oferecido o *Renda Cidadã*, que atende a 165 famílias com valor único de R\$ 60,00. Já o Governo Federal tem sido o maior parceiro do Município, atendendo a 4.907 famílias beneficiadas em quatro programas: *PETI* (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), com 57 famílias recebendo o valor de R\$ 25,00 reais; o *Bolsa Escola*, que atende a 740 famílias pagando R\$ 15,00 por cada filho com idade entre 6 e 15 anos que esteja freqüentando a escola, até o limite de três filhos; o *Auxílio Gás*, atendendo um total de 1.022 famílias, destinando R\$ 15,00 a cada dois meses e o *Bolsa Família*, atendendo a 3.088 famílias complementando suas rendas em até R\$ 95,00.

Questão 16

Além de todas as ações já citadas, podemos destacar a criação do NAI, o apoio à Vara da Infância e Juventude local, a parceria com os Salesianos e a FEBEM, ações estas que fortalecem a rede de proteção social às crianças e adolescentes e tem proporcionado avanços significativos, com a agilização do atendimento, o acolhimento de todos os casos indistintamente, dos mais leves aos mais graves. Isso vem possibilitando a redução do número de internos da cidade de São Carlos na FEBEM, que até o ano de 2000 variava entre 30 e 35 adolescentes internados, e atualmente são apenas 5. Outrossim, no Município de São Carlos não temos mais meninos em situação de risco e rua, e o número de crianças e adolescentes nas ruas teve redução significativa.

Implantamos também a Casa Abrigo "Gravelina Teresinha Lemes" (homenagem a esta mulher-mãe de 8 filhos, cruelmente assassinada por seu companheiro em 1994), que oferece proteção à mulher vítima de violência, visando valorizar a mulher e resgatar sua auto-estima, rompendo o ciclo de violência de gênero. A Casa também oferece atendimento jurídico, social, psicológico, serviços em saúde e educação, além de atividades nos Centros Comunitários. Foi criada ainda a Seção de Atendimento à Mulher, no âmbito da Secretaria da Cidadania e Assistência Social, e o PAVAS (Programa de Atendimento às Vítimas de Abuso Sexual), vinculado à Secretaria de Saúde, fortalecendo a rede de proteção à mulher vítima de violência.

Por fim, mas não menos importante, criamos a Seção de Atendimento ao Idoso e às Pessoas Portadoras de Deficiências, bem como a Seção de Combate ao Racismo.

Questão 17

É a primeira oportunidade em que participamos do Programa Gestão Pública e Cidadania.

Questão 18

A mais significativa deficiência do Plano Municipal Integrado de Segurança Pública é ainda não ter concluído o Mapa da Violência e da Criminalidade do Município. A principal dificuldade deriva do fato de várias serem as fontes de informação para compor o Mapa, tais como as Polícias, o Departamento de Trânsito, os Hospitais e Postos de Saúde, a Guarda Municipal, entre outros. A previsão de conclusão do Mapa da Violência e da Criminalidade do Município está prevista para o 1º semestre de 2006. Acreditamos que o fato de termos identificado o problema já é o principal passo para sua solução.